

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA – TEA NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO E SEUS DESAFIOS**

**LA INCLUSIÓN DE LOS ESTUDIANTES CON
TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA – TEA EN
EL SISTEMA ESCOLAR MUNICIPAL Y SUS
DESAFÍOS**

**THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM
SPECTRUM DISORDER – ASD IN THE MUNICIPAL
SCHOOL SYSTEM AND ITS CHALLENGES**

DOI: <https://doi.org/10.31692/2595-2498.v6i3.301>

¹NATÁLIA PEREIRA DANTAS
Pedagogia, FACHUSC, natalia.2016.dantas@gmail.com

²DÉBORA BENÍCIO ALVES OLIVEIRA
Direito e Pedagogia, FACHUSC profadebora.ba@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão acerca da inclusão do aluno autista e seus desafios na rede municipal de ensino, sobretudo o 2º ano do ensino fundamental da escola Municipal Professora Maria Nilza localizada na cidade de Salgueiro-PE. Para tanto, o objetivo cumpre em conhecermos mais sobre esse assunto e, ao mesmo tempo, compreender como vem ocorrendo a inclusão na rede municipal de ensino e quais seus desafios. A discussão, teoricamente está fundada nos estudos do Instituto Rodrigues Mendes (2022), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Base 9.394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Básica, Convenção de Salamanca (1994), Santos (2008), dentre outros. Nesse sentido, foi realizado uma pesquisa qualitativa, exploratória descritiva. Baseado em pesquisa qualitativa, de campo, ao qual foi aplicado um questionário semiestruturado para a professora da respectiva turma, cuidadora, mãe atípica e coordenadora da referida escola. Os resultados apontam que a escola acima citada tenta ao máximo fazer com que haja a inclusão dessas crianças que necessitam de um acompanhamento mais especializado, desde atividades adaptadas, interação com os demais estudantes até atividades dentro e fora da escola, enfim, é feito todo um engajamento para que essa inclusão aconteça, embora nem sempre seja uma tarefa fácil, podendo considerar os desafios e características únicas que isso acarreta. Embora o acesso ao ensino inclusivo ser garantido por lei, constata-se que o caminho para a inclusão destas crianças é no entanto, longo e difícil. Portanto é um desafio contínuo e que devem-se continuar questionando para que uma educação de qualidade seja o objetivo geral da educação.

Palavras-Chave: inclusão; autismo; ensino aprendizagem; políticas públicas.

RESUMEN

Este artículo presenta una discusión sobre la inclusión de estudiantes autistas y sus desafíos en el sistema escolar municipal, especialmente el 2do año de la escuela primaria de la Escuela Municipal Profesora María Nilza ubicada en la ciudad de Salgueiro-PE. Para ello, el objetivo es conocer más sobre esta asignatura y, al mismo tiempo, entender cómo se viene produciendo la inclusión en el sistema escolar municipal y cuáles son sus retos. La discusión, teóricamente, se basa en los estudios del Instituto Rodrigues Mendes (2022), Constitución Federal (1988), Ley de Directrices y Base 9.394/96, Directrices Curriculares Nacionales para la Educación Básica, Convenio de Salamanca (1994), Santos (2008), entre otros. En este sentido, se realizó una investigación cualitativa, exploratoria descriptiva. Basado en una investigación cualitativa, de campo, a la que se aplicó un cuestionario semiestruturado al maestro de la clase respectiva, cuidador, madre atípica y coordinador de la escuela referida. Los resultados indican que la escuela mencionada anteriormente hace todo lo posible para que la inclusión de

estos niños que necesitan un seguimiento más especializado, desde actividades adaptadas, interacción con otros estudiantes hasta actividades dentro y fuera de la escuela, en definitiva, se hace todo un compromiso para que esta inclusión suceda, aunque no siempre es una tarea fácil, Ser capaz de considerar los desafíos y características únicas que esto conlleva. Aunque el acceso a la educación inclusiva está garantizado por la ley, se encuentra que el camino hacia la inclusión de estos niños es, sin embargo, largo y difícil. Por lo tanto, es un desafío continuo y que debe seguir siendo cuestionado para que una educación de calidad sea el objetivo general de la educación.

Palabras clave: inclusión; autismo; enseñanza del aprendizaje; políticas públicas.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the inclusion of autistic students and their challenges in the municipal school system, especially the 2nd year of elementary school of the Municipal School Professora Maria Nilza located in the city of Salgueiro-

PE. To this end, the objective is to know more about this subject and, at the same time, to understand how inclusion in the municipal school system has been occurring and what its challenges are. The discussion, theoretically, is based on the studies of the Rodrigues Mendes Institute (2022), Federal Constitution (1988), Law of Guidelines and Base 9.394/96, National Curricular Guidelines for Basic Education, Salamanca Convention (1994), Santos (2008), among others. In this sense, a qualitative, exploratory descriptive research was carried out. Based on qualitative, field research, to which a semi-structured questionnaire was applied to the teacher of the respective class, caregiver, atypical mother and coordinator of the referred school. The results indicate that the school

mentioned above tries its best to make the inclusion of these children who need a more specialized monitoring, from adapted activities, interaction with other students to activities inside and outside the school, in short, a whole engagement is made so that this inclusion happens, although it is not always an easy task, being able to consider the challenges and unique characteristics that this entails. Although access to inclusive education is guaranteed by law, it is found that the path to the inclusion of these children is nevertheless long and difficult. So it is a continuous challenge and one that must continue to be questioned so that a quality education is the general objective of education.

Keywords: inclusion; autism; teaching learning; public policies.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como premissa pesquisar como se dar a inclusão e os desafios enfrentados pelas crianças autistas na rede municipal de ensino da cidade de Salgueiro – PE.

Para tanto a inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA, vem sendo cada vez mais procurado pela sociedade, onde a escola vem buscando ampliar esse atendimento especializado. Sabe-se que esse é um direito que a Constituição Federal de 1989 nos traz, assim como o Estatuto da Pessoa com Deficiência no seu art. 27. Onde ambos asseguram este sistema educacional de ensino inclusivo, mas ainda há muito a que se discutir e avançar nesse processo de qualidade de ensino.

Pensando nisso, o tema proposto veio com a importância de conhecermos mais sobre esse assunto e, ao mesmo tempo, compreender como vem ocorrendo a inclusão na escola Municipal Professora Maria Nilza e quais seus desafios, vindo assim as seguintes indagações: Na devida escola existe uma infraestrutura adequada? Existe material didático adequado, respeitando a necessidade desses alunos?

Partindo da hipótese que os alunos com o Transtorno do Espectro autista (TEA) enfrentam muitos desafios ao ser incluído na sala de aula, onde muito desses desafios está relacionado à formação do docente ao qual não é proporcionado um conhecimento adequado sobre o mesmo, bem como salas lotadas e algumas são também muito barulhentas, que dificultam ainda mais essa ação docente. A partir desse pressuposto, foi levantado a hipótese de que de fato o docente ao ter uma boa instrução sobre o assunto terá mais sucesso na sua

implementação com o aluno com autismo, certo de que estará usando as metodologias certas para promover a aprendizagem e socialização do aluno.

Como objetivo geral e específicos temos os seguintes: Analisar como se dá a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus desafios na escola Municipal Professora Maria Nilza, localizada na cidade de Salgueiro – PE., conhecer como está ocorrendo a inclusão dos alunos com autismo, verificar quais estratégias de ensino estão sendo realizados com os alunos com TEA, identificar quais dificuldades os alunos vêm enfrentado na devida escola e desenvolver atividades adaptadas para os estudantes com autismo através do conteúdo abordado no Currículo.

Dessa forma, a justificativa decorre da importância de conhecermos mais sobre esse assunto e, ao mesmo tempo, compreender como vem ocorrendo a inclusão quais seus desafios. Podendo perceber que ainda precisa-se de políticas públicas para melhor atender às particularidades desses alunos com transtorno do espectro autista (TEA), propiciar recursos de acessibilidade, um exemplo disso seria o livro didático adaptado que o Município não fornece para atender a demanda dessas crianças.

Tendo como metodologia uma pesquisa bibliográfica em seguida foi realizado uma pesquisa de campo na Escola Municipal Professora Maria Nilza ao qual foi realizado, questionários e relatos com professores(as), coordenadora pedagógica, cuidadora e uma mãe atípica. Após esses relatos e observações foi sintetizando, através de anotações sobre as aulas, sobre os alunos e a forma que era passado o conteúdo. Diante disso, foi aplicado algumas atividades adaptadas sobre o assunto abordado. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio a agosto de 2023.

Este trabalho traz o resultado da pesquisa bibliográfica bem como a pesquisa de campo e está dividida da seguinte forma: nas seções seguintes deste capítulo introdutório, apresenta-se o tema da criança com autismo, a partir da perspectiva da inclusão e desafios na rede municipal de ensino, bem como o problema de pesquisa, as hipóteses, o objetivo geral e específico, as justificativas e a metodologia. No capítulo 2, trazemos a fundamentação teórica com tópicos que fala sobre a definição do autismo, o ensino inclusivo no Brasil, o papel do mediador e a inclusão do aluno com autismo na rede municipal de ensino e os desafios, são apresentados alguns estudos bibliográficos relevantes do tema abordado. Já no capítulo 3, é apresentado a metodologia utilizada e como o presente trabalho foi subsidiado. No capítulo 4, traz os Resultados e Discursões, da realização da intervenção. E, por fim, capítulo 4 traz a conclusão do devido trabalho, da importância da inclusão dessas crianças no meio escolar, não só de forma inclusiva mais sim de forma plena. Desta forma, esta pesquisa objetiva com o

intuito de contribuir como uma fonte de pesquisa para a sociedade.

DEFINIÇÃO DO AUTISMO

O autismo é caracterizado como sendo um transtorno que altera a forma como um indivíduo se comunica, tendo um desenvolvimento atípico, sendo com uma das suas características manifestações comportamentais de padrões repetitivos e estereotipados, que se manifesta ao longo de toda a sua vida. Sendo inicialmente caracterizado pelo médico austríaco e pioneiro da psiquiatria infantil Dr. Leo Kanner, no ano de 1943, conforme Grandin e Panek (2015, pág. 13). No entanto, somente após o estudo da equipe da American Psychiatric Association (APA) ao isolar o comportamento autista de outros sintomas que sugeriam outros.

Com a publicação da 5ª edição do DSM (DSM-V), que por sua vez é vigente até hoje, o Transtorno do Espectro Autista - TEA passou a ter a seguinte definição:

O Transtorno do Espectro Autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. (American Psychiatric Association, 2014, pág. 53)

Os primeiros sinais de alerta de um distúrbio do neurodesenvolvimento em uma criança podem ser notados nos primeiros anos de vida, podendo permanecer por toda sua vida, conforme o Ministério da Saúde nos traz.

as características autistas apareceriam a partir do segundo ano de vida e seriam persistentes. haveria pobreza de expressões gestuais e faciais e, quando as crianças eram inquietas, sua movimentação era estereotipada e sem objetivo, podendo haver movimentos rítmicos repetitivos. suas falas seriam artificiais, mas teriam atitude criativa em relação à linguagem, exemplificada pelo uso de palavras incomuns e neologismos. (brasil, 2015, pág. 21, 22)

Essa condição remete a uma determinada porcentagem da população global, sendo mais ocorrência no sexo masculino, ainda não se sabe ao certo a sua causa podendo ser formada por vários elementos e aspectos, como também fatores ambientais.

Existe procedimentos fundamentados em terapias que devem ser orientadas de acordo com a especificidade de cada um e que envolve uma equipe multidisciplinar. Para que assim possa melhorar suas habilidades, sociais e comportamentais, podendo ter uma melhor qualidade de vida, conforme recomendação da OMS (2003).

Na medida em que essas mudanças possam ser amenizadas e proporcionar mais qualidade de vida a longo prazo para as crianças com transtorno do neurodesenvolvimento, é necessário que haja políticas sociais de inclusão e garantias a esses alunos, de acordo com Ministério da

Saúde.

Em 1994, foi publicado no Brasil o documento Política Nacional de Educação Especial, alicerçado no paradigma integracionista, fundamentado no princípio da normalização, com foco no modelo clínico de deficiência, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais dos estudantes um caráter incapacitante, que se constitui em impedimento para a sua inclusão educacional e social. (Brasil, 2015, pág.119)

A partir disso, é levado em conta que esse é um grande passo para a realização da inclusão da criança autista na sociedade e em modo especial no que diz respeito a educação, o Instituto Rodrigues Mendes nos mostra que:

O primeiro e principal indicador da política pública de Educação Especial é o dado sobre a evolução do número de matrículas nas escolas inclusivas. Eles devem ser analisados no âmbito nacional, estadual e municipal para encontrar as principais diferenças regionais, já que existe uma grande variedade de contextos sócio-políticos e também regulatórios. Todavia, ainda está pendente a produção de outros indicadores importantes, como o de exclusão escolar, que fica dificultado pela inconsistência de metodologia de identificação das pessoas com deficiência, ocasionando uma dificuldade de cruzamento com as bases da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE. (Mendes, 2022, pág. 28)

Tendo em visto a isso percebe-se que para poder essa política pública acontecer primeiro tem que ser feito um levantamento de dados sobre a evolução do número de matrículas nas escolas inclusivas. Onde será analisado dados nos níveis nacional, estadual e municipal para assim poder encontrar as principais diferenças regionais, pois existe uma grande variedade de contextos sociopolíticos e regulatórios.

ENSINO INCLUSIVO NO BRASIL

A educação inclusiva é um modelo de ensino contemporâneo que visa oportunidades iguais de ensino. Com essa visão, o objetivo é que todos as crianças, adolescentes e até alunos do ensino superior tenham direito à educação em um único ambiente. Segundo o Instituto Rodrigues Mendes.

Hoje, no Brasil, a Educação Especial assume uma perspectiva inclusiva, ou seja, pressupõe que todos os estudantes devem conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem, livres de discriminação injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto dos demais. (Mendes, 2022, pág.5)

Os alunos com deficiência geralmente englobam alunos com necessidades educacionais especiais relacionadas em suas próprias salas de aula. E para que haja a realização desta inclusão Santos nos mostra que:

Promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso

sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, ao atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. (Santos, Paulino, 2008, pág. 32)

Ao longo da história, as práticas educativas desenvolveram, gradativamente, políticas de inclusão de alunos da rede pública com necessidades desses alunos e garantir os meios necessários para a sua formação. Portanto, a Constituição Federal de 1988, que garante educação de qualidade para todos, inicia um processo de valorização da diversidade nas escolas. Também é importante ressaltar que a LDB 9.394/96 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (2013), esclarecem a respectiva da Educação Especial Inclusiva. Eles posicionam a legislação brasileira para atender alunos com necessidades especiais preferencialmente em classes comuns às escolas em todos os níveis, etapas e modalidade de ensino.

Porém, é preciso fazer um reajuste para garantir o acesso e permanência dessas crianças na escola, sendo essencial garantir profissionais de apoio capacitados conforme A Convenção de Salamanca (2003) que com a preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. Precisamos promover acessibilidade nas escolas ou outras iniciativas de inclusão e investir em programas que forneçam materiais didáticos acessíveis. Disponibilizar livros em formatos acessíveis representaria um grande avanço na qualidade da educação inclusiva e nas condições de permanência do público – alvo dos alunos da Educação especial no Brasil.

Segundo Santos (2008), “A partir de um novo olhar diferenciado para os atuais paradigmas de educação, escola, currículo, sujeito, seremos capazes de construir uma “educação de qualidade nas escolas públicas”. Sendo assim, a partir do momento que o ensino for revisto o ensino poderá fornecer uma educação de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 1996) em seu art. V, inciso III nos mostra que, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Diante do exposto percebe-se que a formação é de fundamental importância na Educação inclusiva para todos os professores regentes em sala de aula, não apenas para os professores do serviço educacional especializado.

O PAPEL MEDIADOR

O princípio fundamental da inclusão escolar é a inclusão dos alunos com necessidades específicas no ensino regular, em especial aos alunos com Transtorno do Espectro Autista -

TEA. Pensando nisso, se faz necessário levar em consideração a prática assistencial do aluno autista, não somente como algo essencial para o funcionamento da mediação educativa, mas como também a sua afetividade. Tornando de fundamental importância contextualizar o papel do mediador enquanto profissional ao acompanhar a criança no seu processo de adaptação, interação, competências e habilidades como também aspectos pedagógicos dentro da instituição de ensino. Na Convenção de Salamanca (2003) a prestação de serviços de apoio é fundamental para o sucesso de uma política de educação inclusiva.

Segundo a LDB Lei nº 9.394/94 haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as especificidades dos alunos da educação especial. Sendo assim, as principais incumbências de um cuidador estão ligadas à ajuda que presta aos alunos de acordo com as necessidades individuais de cada um do cuidar da saúde física, mental e até o emocional dos alunos, como Batista e Penha nos traz:

[...] quando necessário busca-se um mediador para dar o suporte dentro da sala de aula em conjunto com o professor, não demandando conteúdos, mas possibilitando que o aluno realize sua tarefa através de uma mediação criativa, possibilitando a autonomia e independência possível e não desfavorecendo seu aprendizado, mas criando mecanismo para que ele descubra seu potencial da sua condição de aprender, esse é o real papel do mediador. (Batista, Penha, 2021, pág. 27)

Isso nos mostra que o mediador realiza seu papel junto com o professor, podendo usar metodologias pedagógicas e recursos que possam ser utilizados como ferramenta facilitadora na realização da aprendizagem dessas crianças.

Como afirma Bacich; Moran, (2018, pág. 41), “metodologias são grandes diretrizes que orientam os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas.” Isso significa que quando aplicada essas metodologias o professor e o cuidador devem se preocupar com a especificidade de cada um.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E OS DESAFIOS

Segundo Santos (2008), promover a inclusão dos alunos com deficiência ou PCD, no ambiente escolar requer um grande caminho que ofereça condições de participação social e exercício da cidadania. Portanto, é importante que a instituição de ensino saiba qual o seu papel nesse processo de inclusão. No entanto, muitas das vezes a pessoa com o Transtorno do Espectro autista – TEA, encontra vários desafios ao ingressar na escola comum, como por exemplo a adaptação do currículo, conforme Valle e Maia (2010, p. 23).

Para Carvalho (2016, pág. 310), as escolas inclusivas são escolas para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos.

Conforme a lei nº 12.764 de 2012, em seu artigo I traz a “proteção e dos Direitos da Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para a sua consecução.”

Todos os alunos têm o direito legal de frequentar regularmente uma escola para instrução, com ou sem levar em conta qual pode ser o seu limite nos termos da lei. Conforme a Constituição no art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

Posto a isso, vem sendo elaborado políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão desses alunos com necessidades específicas enfatizando o respeito de sua diferença, precisão e participação igualitária na sociedade contemporânea, conforme Bastos:

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado com o envolvimento de compromissos e ações que possibilitem o desenvolvimento cultural e social de um povo. É um conjunto de ações sociais que dependem, não só do governo, mas de toda a sociedade e das instituições educacionais, com intenções de garantir os direitos à cidadania de todos, principalmente dos que encontram-se no declive da pobreza. No entanto, é preciso que haja uma relação harmônica entre o Estado, as entidades formadoras e a população, além da definição de algumas atividades avaliativas do planejamento dessas políticas, para a posterior busca de novas ações. (Bastos, 2017)

Aos poucos de fato tem ocorrido muitas mudanças quando se encara a educação na perspectiva da investigação e da intervenção educativa, a fim de garantir que aqueles que a ela estão sujeitos e que têm necessidades específicas de aprendizagem experimentem um aprendizado satisfatório e significativo.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foram observados a inclusão da criança autista na rede municipal de ensino bem como seus desafios ao qual o cenário desta pesquisa foi uma instituição de ensino público denominado Escola Municipal Professora Maria Nilza, localizada na Rua Capitão Galdino Rêgo, nº 270, bairro Nossa Senhora das Graças, em Salgueiro-PE. Este município se localiza a 513 km da capital Estadual, Recife, e conta com uma população de 62,372 habitantes, distribuídos em uma área de 1,686, km². A escola foco da pesquisa atende turmas do ensino fundamental I (anos iniciais) bem como com uma turma de 5 anos, nos turnos de manhã e tarde.

Na presente pesquisa foi realizado um levantamento de estudos bibliográficos, sendo realizada em livros na íntegra bem como através de portais de dados disponíveis online. Fonseca (2002) afirma pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Também foi realizado através de questionários com perguntas abertas e com relatos de professores(as), coordenadora, cuidadora e de uma mãe atípica da escola acima citada. Tratando-se de uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, conforme afirma Creswell (2007), e está pautada em uma revisão de literatura acerca da inclusão e dos desafios dos alunos autistas na escola Municipal Maria Nilza.

Para o desenvolvimento do trabalho, de início foi realizado um período de ambientação, onde foram feitas observações sobre a escola num contexto geral, e em seguida foi afinando essas observações, através de anotações sobre as aulas, sobre os alunos e a forma que era passado o conteúdo. Diante do exposto, foi utilizado algumas práticas de atividades lúdicas em forma de intervenção pedagógica (jogos, músicas e atividade impressa). Em vista disso, foi elaborado uma atividade adaptada e impressa com o conteúdo sobre os profissionais do mundo do trabalho na disciplina de história, com o objetivo de melhor desenvolver o seu conhecimento. Tendo como resultado a participação e a aprendizagem do aluno com o Transtorno do Espectro Autista - TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da ambientação e observações realizadas, ficou claro que a educação é um grande instrumento para o desenvolvimento físico, cognitivo e social de uma criança com Transtorno do Espectro Autismo - TEA. É através da educação que essa criança poderá formar suas habilidades, levando assim uma vida mais independente e com qualidade. No entanto, educar uma criança com autismo não é uma tarefa fácil requer um conhecimento da sua especificidade e que haja um engajamento entre os profissionais da educação para que assim, possam construir toda uma dinâmica voltada para a aprendizagem dessa criança como mostra a figura (1) a seguir.

Figura 01 - Realização de atividades lúdicas aplicada com as crianças autistas da referida escola.



Fonte: Própria (2023).

Na figura (01) observa-se a confecção do material pedagógico confeccionado por mim e uma cuidadora, bem como a interação das crianças com o material que foi produzido na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência. Com o objetivo de observar, associar e construir essas habilidades com mais prazer.

A seguir em um outro momento em sala de aula foi realizado uma atividade adaptada do livro de História “Os Profissionais do Mundo do Trabalho”, páginas 127 à 129. Onde essas crianças com TEA puderam construir essas habilidades com muito mais autonomia e facilidade.

Figura 02 - Atividade adaptada do Livro História.



Fonte: Própria (2023).

A equipe pedagógica da referida escola nos retrata que são necessários mais projetos que motivem os alunos e professores a aquisição de conhecimento dos diferentes transtornos. Também se faz necessários a Sala de AEE-Atendimento Educacional Especializado para todas as escolas com profissionais habilitados, adaptação de material e as escolas desde moveis e sua estrutura (Falta de estrutura adaptada e recursos tecnológicos) onde boa parte delas não possui.

A inclusão da criança com autismo deve está muito além da sua presença nos espaços

físicos da escola, em suma na sala de aula, deve-se objetivar a aprendizagem e habilidades que essas crianças tem que construir ao longo da sua vida escolar, superando assim muito das suas dificuldades e desafios.

CONCLUSÕES

O trabalho conclui-se com a concepção de que a escola Maria Nilza dentro das suas possibilidades por ser uma escola de pequeno porte busca ao máximo fazer com que haja a inclusão dessas crianças que necessitam de um acompanhamento mais especializado, com atividades adaptadas, buscando sempre incluí-las em todas as atividades dentro e fora da sala de aula, passeios externos, enfim, é feito todo um engajamento para que essa inclusão aconteça, embora nem sempre seja uma tarefa fácil podendo considerar os desafios e características únicas que isso acarreta.

A parceria entre família e escola é de suma importância para o processo de aprendizagem da criança com autismo, onde juntos determinarão quais passos devem seguir para construir um processo educativo eficaz e significativo na superação dos desafios enfrentados por uma criança com autista. A escola acima citada sempre busca fortalecer essa parceria escola x família e a mesma diz ter bons resultados.

Embora o acesso ao ensino inclusivo ser garantido por lei, constata-se que o caminho para a inclusão destas crianças é no entanto, longo e difícil. Portanto é um desafio contínuo e que deve permanecer na discussão para que uma educação de qualidade seja o objetivo geral da educação.

Nos dias atuais, a temática sobre educação inclusiva tem sido pauta em toda rede municipal de educação, pois a porcentagem de alunos com deficiência tem aumentado consideravelmente, sendo que dentro desse grupo o número de alunos laudados com o Transtorno do Espectro Autista- TEA, cresceu e junto com ele a necessidade de levar suporte a todas as escolas e profissionais para que se desenvolva um olhar sensível sobre as necessidades desses alunos, facilitando o processo de formação intelectual através de atividades em que o aluno tenha a oportunidade de desenvolver suas habilidades alcançando assim o sucesso escolar.

É importante também que a escola, esta representada pelo gestor, coordenador pedagógico, professor, educador de apoio, mediador, psicopedagogo ou professor da sala de AEE, entenda e construa relações com os familiares desse aluno e a equipe multidisciplinar que o acompanha, formando uma rede de apoio e crescimento no que diz respeito a toda realidade e necessidade de cada aluno com autismo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)**. American Psychiatric Pub, v. 2, f. 496, 2013. 991 p.

BATISTA, Josélia Fontenel; PENHA, Maranei Rohers. **Cuidador de Aluno no Ambiente Escolar: Por uma Formação Ontodológica**. 1ª edição, Porto Velho: Ed. das autoras, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 415 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC 2013.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 3ª edição, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. 1ª edição, Distrito Federal– Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 253-263, Julho de 2017. ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politicas-publicas>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politicas-publicas. acesso em 25 de setembro de 2023.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7722229/mod_resource/content/1/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf. Acesso em 01 de outubro de 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**.11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

CRESWELL John W. **Projeto de pesquisa, Métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; Tradução Luciana de Oliveira da Rocha- 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Recomendações para a Construção de uma Escola Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. acesso em 30 de setembro de 2023.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista: Pensando através do espectro.** Tradução: Cristina C. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

MENDES, Instituto Rodrigues; EDUCAÇÃO, Todos. **Educação Inclusiva: Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal.** Disponível em: <file:///D:/LIVROS%20EM%20PDF/educacao-ja-2022-educacao-inclusiva.pdf>. acesso em: 03 de maio de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** São Paulo: EDUSP, 2003.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 1ª edição, Santa Maria – RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2023.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas.** 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2008.

VALLE, Tânia Gracy Martins do Valle; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Aprendizagem e Comportamento Humano.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Submetido em: 30/09/2023

Aceito em: 02/12/2023

Publicado em: 31/12/2023

Avaliado pelo sistema *double blind* review